

GÊNERO E TRABALHO NO BRASIL E NA FRANÇA

Perspectivas interseccionais

organização

Alice Rangel de Paiva Abreu •

Helena Hirata • Maria Rosa Lombardi

Adriana Piscitelli • Ana Carolina Cordilha • Angelo Soares • Antonio Sérgio A. Guimarães • Aurélie Damamme • Bila Sorj • Danièle Kergoat • Débora de Fina Gonzalez • Florence Jany-Catrice • Gabriela Freitas da Cruz • Glaucia dos Santos Marcondes • Guita Grin Debert • Joice Melo Vieira • Jules Falquet • Laís Abramo • Lena Lavinas • Liliana Segnini • Luz Gabriela Arango • Marc Bessin • Margaret Maruani • Maria Betânia Ávila • Maria Coleta F. A. de Oliveira • María Elena Valenzuela • Monique Meron • Murillo M. Alves de Brito • Nadya Araujo Guimarães • Nathalie Lapeyre • Rachel Silvera



© desta edição, Boitempo, 2016
© Alice Rangel de Paiva Abreu, Helena Hirata e Maria Rosa Lombardi, 2016

Direção geral Ivana Jinkings
Coordenação editorial Isabella Marcatti
Edição Frederico Ventura
Coordenação de produção Livia Campos
Assistência editorial Thaisa Burani
Assistência de produção Camila Nakazone
Tradução do francês Carol de Paula
Revisão técnica Maira Abreu
Preparação Bruno Tenan
Diagramação Luciano Malheiro
Capa Antonio Kehl
sobre postal *Escola de Datilografia Remington*, foto de Miguel Otero, 1902, do arquivo Cesar e Cia. Manaos (1ª e 3ª capas), e *Call Center num país hispânico*, de Vitor Lima, 2006 (2ª e 4ª capas)

Comissão editorial

Alice Rangel de Paiva Abreu, Bila Sorj, Helena Hirata,
Margaret Maruani, Maria Rosa Lombardi, Nadya Araujo Guimarães

Equipe de apoio (Boitempo)

Allan Jones, Ana Yumi Kajiki, Artur Renzo, Bibiana Leme, Eduardo Marques, Elaine Ramos, Giselle Porto, Ivam Oliveira,
Kim Doria, Leonardo Fabri, Marlene Baptista, Maurício Barbosa, Renato Soares, Thaís Barros, Tulio Candiotti

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

G29

Gênero e trabalho no Brasil e na França : perspectivas interseccionais / organização Alice Rangel de Paiva Abreu, Helena Hirata, Maria Rosa Lombardi ; tradução Carol de Paula. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2016.

(Mundo do trabalho)

Inclui bibliografia
Tradução de alguns artigos
ISBN 978-85-7559-489-6

1. Sociologia. 2. Sociologia do trabalho. 3. Comportamento organizacional. I. Alice Rangel de Paiva Abreu. II. Helena Hirata. III. Maria Rosa Lombardi. III. Série.

16-32356

CDD: 301
CDU: 316

É vedada a reprodução de qualquer parte deste livro sem a expressa autorização da editora.

A tradução dos textos originalmente escritos em francês e a revisão de estilo dos capítulos desta obra foram possíveis graças ao apoio recebido da Secretaria de Política para as Mulheres do Governo Federal (Convênio SPM-CEBRAP 020513/2014).

1ª edição: junho de 2016

BOITEMPO

Jinkings Editores Associados Ltda.

Rua Pereira Leite, 373

05442-000 São Paulo SP

Tel.: (11) 3875-7250 / 3875-7285

editor@boitempoeditorial.com.br

boitempoeditorial.com.br | blogdaboitempo.com.br
facebook.com/boitempo | twitter.com/editoraboitempo
youtube.com/tvboitempo | instagram.com/boitempo

SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
AGRADECIMENTOS	11
INTRODUÇÃO	13
PARTE I: ENTRECROUZAR AS DESIGUALDADES	
1 O cuidado e a imbricação das relações sociais	17
<i>Danièle Kergoat</i>	
2 Sociologia e natureza: classes, raças e sexos	27
<i>Antonio Sérgio A. Guimarães</i>	
3 Transformações neoliberais do trabalho das mulheres: liberação ou novas formas de apropriação?	37
<i>Jules Falquet</i>	
4 Carinho, limpeza e cuidado: experiências de migrantes brasileiras	47
<i>Adriana Piscitelli</i>	
PARTE II: MEDIR AS DESIGUALDADES	
5 Como contar o trabalho das mulheres? França, 1901-2011	59
<i>Margaret Maruani e Monique Meron</i>	
6 Mercantilização no feminino: a visibilidade do trabalho das mulheres no Brasil	71
<i>Nadya Araujo Guimarães e Murillo Marschner Alves de Brito</i>	
7 O salário das mulheres na França no século XXI: ainda um quarto a menos	83
<i>Rachel Silvera</i>	
8 Assimetrias de gênero no mercado de trabalho no Brasil: rumos da formalização	93
<i>Lena Lavinas, Ana Carolina Cordilha e Gabriela Freitas da Cruz</i>	

PARTE III: TRABALHO E USO DO TEMPO

9	Tempo de trabalho remunerado e não remunerado na América Latina: uma repartição desigual	113
	<i>Laís Abramo e María Elena Valenzuela</i>	
10	Trabalho remunerado e trabalho doméstico na França: mudanças nos conceitos	125
	<i>Monique Meron</i>	
11	O tempo do trabalho doméstico remunerado: entre cidadania e servidão.....	137
	<i>Maria Betânia Ávila</i>	

PARTE IV: O GÊNERO DAS CARREIRAS ARTÍSTICAS E CIENTÍFICAS

12	Presença feminina em ciência e tecnologia no Brasil	149
	<i>Alice Rangel de Paiva Abreu, Maria Coleta F. A. de Oliveira, Joice Melo Vieira e Glaucia dos Santos Marcondes</i>	
13	Aviões e mulheres: política de igualdade profissional em uma empresa aeronáutica na França	161
	<i>Nathalie Lapeyre</i>	
14	Engenharia e gênero: as mutações do último decênio no Brasil	171
	<i>Maria Rosa Lombardi e Débora de Fina Gonzalez</i>	
15	Superar limites nas carreiras de mulheres musicistas.....	181
	<i>Liliana Segnini</i>	

PARTE V: CUIDADO, DINÂMICAS FAMILIARES E PROFISSIONAIS

16	O cuidado em domicílio na França e no Brasil	193
	<i>Helena Hirata</i>	
17	O cuidado em suas temporalidades e seus atores na França.....	203
	<i>Aurélié Damamme</i>	
18	Cuidados e confiança	213
	<i>Angelo Soares</i>	
19	Cuidado, emoções e condições de trabalho nos serviços estéticos no Brasil	223
	<i>Luz Gabriela Arango</i>	

PARTE VI: CUIDADO, POLÍTICAS SOCIAIS E CIDADANIA

20	Política da presença: as questões temporais e sexuadas do cuidado	235
	<i>Marc Bessin</i>	
21	Políticas públicas diante do envelhecimento no Brasil	247
	<i>Guita Grin Debert</i>	
22	O cuidado na nova agenda de combate à violência no Brasil.....	257
	<i>Bila Sorj</i>	
23	Economia do cuidado e sociedades do bem viver: revisitar nossos modelos	267
	<i>Florence Jany-Catrice</i>	

LISTA DE SIGLAS	277
-----------------------	-----

SOBRE AS/OS AUTORAS/ES	281
------------------------------	-----

O CUIDADO E A IMBRICAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS

Danièle Kergoat

“O cuidado não é apenas uma atitude de atenção, é um trabalho que abrange um conjunto de atividades materiais e de relações que consistem em oferecer uma resposta concreta às necessidades dos outros. Assim, podemos defini-lo como uma relação de serviço, apoio e assistência, remunerada ou não, que implica um sentido de responsabilidade em relação à vida e ao bem-estar de outrem.”

Essa definição de cuidado, dada pelo colóquio internacional “Teorias e Práticas do Cuidado”, realizado em Paris em junho de 2013, é a definição que subjaz a este texto.

Na verdade, não se trata aqui de dar uma nova definição de cuidado ou de lapidá-la. Eu não sou socióloga do cuidado, mas como socióloga do trabalho e do gênero não poderia senão ser interpelada por esse novo campo quando ele se abriu na França, particularmente pela desconstrução do conceito de trabalho. Portanto, não partirei das características do cuidado, seus limites ou definições, temas que serão discutidos em outros pontos desta obra. Tentarei antes propor um instrumento para pensar sua complexidade e as relações sociais* em que ele se insere: essa ferramenta será a consubstancialidade.

* Em português traduzimos “*rapport*” e “*relation*” por “relação”, embora os dois termos não tenham a mesma acepção em francês. Para a distinção entre *rapports sociaux* e *relations sociales* remetemos a um

Todos sabem que exercer um trabalho de cuidado, falar do cuidado ou pensar o cuidado remete a operações complexas. Complexas em função das diferentes disciplinas que é necessário mobilizar para abordar esse objeto; complexas porque se trata de “algo” difícil de compreender e identificar com as ferramentas de que os sociólogos dispõem. Assim, essa complexidade deve ser ordenada para poder ser pensada, falada, analisada. Há duas maneiras possíveis de fazer isso. Uma delas é enfatizar uma dimensão que parece crucial para pensar o cuidado e em torno dela ordenar a realidade. Para um sociólogo, isso seria, por exemplo, fazer tipologias por país. Mas há uma outra forma de proceder. Não se trata de organizar essa complexidade a partir de uma dimensão que consideramos decisiva, mas de abarcar a totalidade dessa complexidade. Assim, raciocinar em termos de imbricação das relações sociais, ou, se preferível, em termos de consubstancialidade. É esse o raciocínio que eu gostaria de desenvolver aqui.

Mas falar de imbricação remete a várias abordagens teóricas possíveis. É por isso que, em um primeiro momento, demarcarei as diferenças entre consubstancialidade e interseccionalidade, a fim de esclarecer o debate entre os dois termos a partir de uma descrição da consubstancialidade que combina abordagem genealógica e exposição de suas ramificações com outros *corpus* conceituais.

Porém, para dar conta da complexidade, da interpenetração dinâmica das relações sociais, é ainda necessário um analisador: mostrarei que o trabalho, definido como “produção do viver em sociedade”, é um analisador privilegiado. E o trabalho do cuidado, melhor que qualquer outro, responde a essa definição.

Em seguida, aplicarei essa conceituação por meio de um paradigma: este demonstrará a imbricação das relações sociais operantes no trabalho do cuidado e o potencial heurístico da abordagem em termos de consubstancialidade.

Para concluir, falarei sobre emancipação.

A complexidade do cuidado

Ao longo dos anos e dos trabalhos feministas, o conceito de “trabalho” foi consideravelmente enriquecido: primeiro foi o trabalho doméstico, depois o trabalho de produção dos seres humanos (Tabet, 1998), o “trabalho doméstico de saúde” (Cresson, 1998), o trabalho militante (Dunezat, 2010), o trabalho do cuidado (Hirata e Molinier, 2012; Molinier, 2013), a divisão sexual do mercado de trabalho (Maruani, 2004)... Assim, um passo após o outro, caminhamos para uma definição que não se centrava mais unicamente na valorização do capital. O trabalho foi redefinido e mudou de estatuto: de uma simples produção de objetos, de bens, ele se transformou no que alguns chamam de “produção do viver em sociedade” (Godelier, 1984; Hirata e Zarifian, 2000) – trabalhar é transformar a sociedade e a natureza e, no mesmo movimento, transformar-se a si mesmo. O trabalho torna-se assim uma *atividade política*. Nessa perspectiva feminista

outro texto da autora: “As *relations sociales* são imanentes aos indivíduos concretos entre os quais elas aparecem. Os *rappports sociaux* são, por sua vez, abstratos e opõem grupos sociais em torno de uma disputa” (Kergoat, 2012, p. 128). (N. T.)

materialista, é a própria definição de trabalho que implode. E é essa dinâmica que perdura nas questões conceituais colocadas pelo trabalho do cuidado (Molinier, 2013).

Na verdade, o trabalho do cuidado pode ser considerado o paradigma dessa produção do viver. Contudo, deve-se destacar que, embora tal definição de trabalho confira dignidade tanto ao trabalho doméstico gratuito como ao trabalho doméstico remunerado e, mais amplamente, ao trabalho do cuidado, é indispensável observar que essa dignidade recuperada não oblitera o fato de que se trata – também – de trabalho não qualificado, mal pago, não reconhecido, e que as mulheres normalmente não têm a opção de escolher fazê-lo ou não.

Para justificar a necessidade de uma abordagem consubstancial no que concerne especificamente ao trabalho de cuidado, farei agora uma rápida enumeração de suas características mais marcantes.

A atividade concreta de trabalho, em primeiro lugar. Ela exige, para ser apreendida, uma análise imbricacional: sendo o trabalho do cuidado um trabalho relacional, ele supõe interações constantes. A trajetória social, a cor da pele, a etnia, a idade, só podem agir sobre essas interações.

Portanto, *os/as provedores/as do cuidado* remetem mais uma vez à complexidade. Muitas delas situam-se, em sua condição de dominadas, na tríplice confluência das relações sociais de raça, gênero e classe. Na verdade, muitas vieram do Sul ou do Leste Europeu para os países do Norte, ou do campo para as grandes metrópoles em países como o Brasil. Todas estão em condições precárias, e são majoritariamente mulheres: as cuidadoras são paradigmáticas da sociedade global (Hochschild, 2004). Desse modo, sua situação ilustra perfeitamente a necessidade de pensar as relações sociais de forma imbricada, se quisermos compreender o *movimento* que atravessa os espaços-tempos do cuidado globalizado. Globalização na qual se vê o desenvolvimento – e falo agora do *estatuto do emprego* – de formas híbridas de exploração (Galerand e Gallié, 2014), a saber, relações de trabalho nas quais o trabalho não é “nem realmente gratuito” nem “plenamente assalariado e proletário”, retomando as palavras de Jules Falquet (2009).

Por fim, o *tipo de agência (agentivité)* que elas manifestam em seu trabalho deve ser interrogado sob o ângulo da consubstancialidade. Sua situação de trabalhadoras do cuidado não basta para unificar nem suas práticas de trabalho, nem as formas de coletivos que elas eventualmente criam, nem, obviamente, a relação subjetiva de trabalho (Avril, 2014). Seria um equívoco analisar esse trabalho apenas como um trabalho dominado. Mais que qualquer outro, ele é marcado pela agência. Mas isso não se dá do mesmo modo, dependendo do lugar ocupado na configuração complexa das relações sociais. Mais uma vez, portanto, é necessário pensar de maneira consubstancial.

Relações sociais consubstanciais¹

Mas o que é a consubstancialidade? Por que não falar em interseccionalidade? Apresentarei inicialmente o conceito e esclarecerei suas propriedades quanto às tensões que

¹ As duas seções deste capítulo, “Relações sociais consubstanciais” e “Colocar a consubstancialidade concretamente em ação”, são uma versão resumida e reorganizada do artigo de Galerand e Kergoat (2015).

atravessam a reflexão sobre a articulação das relações de poder, reflexão que às vezes parece unificada com excessiva rapidez sob o termo *interseccionalidade*. É verdade que o conceito ganhou tal extensão que acaba por englobar muitas acepções, algumas das quais se aproximam da análise em termos de consubstancialidade. No entanto, as referências à “abordagem interseccional” mascaram oposições persistentes no campo da teoria crítica em geral e particularmente nos estudos feministas: categorias × relações sociais; identidades × classes; subversão × emancipação.

Assim, neste momento, o conceito de interseccionalidade pode ser falsamente unificador.

Dito isso, do mesmo modo que a noção de interseccionalidade, a de consubstancialidade também remete a dois objetivos. O primeiro é o de conhecimento dos mecanismos de opressão, o qual requer que sua complexidade não seja negada, mas, ao contrário, que seja tomada como objeto central de análise. O segundo objetivo é – para falar de maneira rápida – o da saída desses sistemas tendo a emancipação como horizonte.

Foi justamente para dar conta desses dois objetivos que desenvolvi o conceito de consubstancialidade no fim dos anos de 1970, a fim de “articular” sexo e classe (Kergoat, 2012a). Mas essa noção de articulação logo se mostrou insuficiente: ela comportava o risco de remeter a uma simples lógica aditiva que consistia em reunir as mulheres em classes sem que isso modificasse a compreensão das relações de classe. Para apreender as práticas sociais das trabalhadoras, era necessário, portanto, não apenas convocar relações sociais de sexo e relações sociais de classe, mas colocá-las em relação.

Daí a “consubstancialidade”. É verdade que o termo foi uma escolha quase natural. Seu empréstimo da teologia não era evidente, embora o utilize aqui em sua acepção mais banal, que enuncia a unidade e a identidade de substância das três pessoas da Trindade: o Pai, o Filho e o Espírito Santo. Ele significa a unidade de substância entre três entidades distintas, convida a *pensar o mesmo e o diferente em um só movimento*: 1) não obstante sejam distintas, as relações sociais têm propriedades comuns – daí o emprego do conceito marxiano de relação social com seu conteúdo dialético e materialista para pensar, também, o sexo e a raça; 2) as relações sociais, embora distintas, não podem ser entendidas separadamente, sob o risco de serem reificadas.

Para ser clara, farei aqui um parêntese sobre relação social × categoria. Em meu entendimento, uma relação social é uma tensão em torno da qual se criam grupos (eles não estão dados de início), enquanto uma categoria é apenas um marcador descritivo. Além disso, de acordo com a minha definição, para que se possa falar em “relação social”, é necessário que esta domine, oprima e explore (Dunezat, 2009), o que não é, a meu ver, o caso de categorias como idade, religião ou deficiência, pelo menos em nossas sociedades.

Embora uma mesma necessidade de pensar a complexidade seja expressa na França e nos Estados Unidos, ela está, no entanto, enraizada em contextos e dinâmicas diferentes: o conceito de interseccionalidade – introduzido pela primeira vez em uma perspectiva jurídica e com um objetivo tático por Kimberlé Crenshaw (1989;

1991) e desenvolvido como teoria da articulação das opressões, sobretudo por Patricia Hill Collins (1990) – tem suas origens em configurações de dominação oriundas da história da escravidão e do racismo pós-emancipação específicas dos Estados Unidos. Assim, não se trata, evidentemente, de dizer que o racismo e a escravidão são invenções estadunidenses, mas apenas de destacar que os processos de racialização são construídos socialmente e de maneira específica em cada país.

Ainda que essas configurações sejam feitas de racismo, colonialismo, capitalismo e sexismo, elas implicam relações sociais que refazem sua atuação e se recompõem continuamente ao longo das práticas sociais, além de ser variáveis no espaço e no tempo. Tal a razão por que é indispensável pensar os processos que *produzem* categorias de gênero, classe e raça em termos de relações sociais em vez de partir do trinômio “gênero, classe e raça”.

Em outras palavras, o termo “interseccionalidade” me incomoda por remeter ao cruzamento de categorias. O que é absolutamente legítimo para algumas utilizações, por exemplo, com a finalidade de mostrar, como fez Crenshaw, que as mulheres negras e pobres estavam na intersecção de vários sistemas de dominação e que essa intersecção não era considerada pelo sistema jurídico estadunidense. Mas no que me diz respeito – eu sou socióloga –, a questão não é entrecruzar *categorias*, mas partir das *relações sociais que fabricam tais categorias*, rastrear os processos que estão na origem da produção de grupos e pertencimentos objetivos e subjetivos.

Para ilustrar isso, evocarei o trabalho de Angela Davis (2006), que analisa o sistema prisional estadunidense. A autora, em vez de cruzar categorias – negros, afro-americanos, homens, pobres –, parte do trabalho nas prisões – por quem ele é feito, por quê, quem se beneficia dele, qual é o seu lugar na economia – e mostra que essas características remetem às relações sociais. A categoria jovem afro-americano não explica nada se não a remontarmos à necessidade que a economia estadunidense teve, ao sair do sistema escravista, de encontrar uma mão de obra barata, ou mesmo gratuita, livremente explorável. Assim, o sistema de trabalho nas prisões é oriundo de relações sociais anteriores, ao mesmo tempo que reconfigura as atuais relações sociais de raça, sexo, classe...

Portanto, não há nem sobreposição nem competição entre interseccionalidade e consubstancialidade. Há ao mesmo tempo distância e proximidade. Proximidade na atitude crítica – em relação à tendência de tomar uma experiência particular de “opressão das mulheres” como a experiência de todas –; diferença entre os contextos de produção da crítica, distância na forma de pensar essa atitude crítica e de traduzi-la em práticas sociológicas.

Quer pensemos em termos de interseccionalidade ou de consubstancialidade, não há uma estrada real para analisar a realidade. No máximo, é possível apresentar aqui a pista de análise que utilizei ao longo de meus trabalhos: a do trabalho, tomado, é claro, na acepção que iniciou a reflexão feminista materialista, aquela a que me referia no início desta comunicação – o trabalho como produção do viver em sociedade.

Colocar a consubstancialidade concretamente em ação

Chego aqui às seguintes questões: como agir concretamente para fazer operar em conjunto as diferentes relações sociais? Como colocar em ação a consubstancialidade? De que ela pode servir para estudar o cuidado?

Com essas perguntas, ficamos diante de duas dificuldades: desconstruir a(s) categoria(s) para atingir o nível das relações sociais; pensar em conjunto diferentes relações sociais, respeitando, simultaneamente, o fato de que elas se coconstroem e de que são diferentes.

A sociologia feminista materialista é de grande utilidade aqui. Para ela, como já indiquei, o social estrutura-se em torno de tensões que produzem grupos sociais – as classes, classes sociais, mas também classes de sexo, classes de raça. Esses grupos sociais estão, assim, em uma relação de antagonismo, e se constituem em torno de uma questão: as formas da divisão do trabalho (Kergoat, 2012b). A ferramenta da divisão social do trabalho permite, portanto, pensar as relações sociais em suas analogias e em suas diferenças.

Quanto à desconstrução das categorias, sugiro conjugá-las ao negativo. Na verdade, acredito muito no poder da negação para superar as categorias e passar ao nível da relação social. Foi assim que pensei sobre as práticas de trabalho femininas: as trabalhadoras não eram trabalhadores, suas lutas e suas condições de trabalho revelavam e produziam uma “outra” classe trabalhadora. Mas, ao mesmo tempo, as trabalhadoras não eram mulheres. Quero dizer com isso que nem a categoria “trabalhadores”, nem a categoria “mulheres”, nem ainda a adição dessas categorias esgotavam a realidade da situação de trabalho concreta das trabalhadoras, nem seus deslocamentos no mercado de trabalho, nem suas práticas de resistência. Nesse nível, havia, na luta, a criação de um sujeito político autônomo.

É isso que permite a consubstancialidade: pensar conjuntamente as diferentes formas da divisão do trabalho e as divisões dentro de uma mesma classe.

Mas entrecruzar as relações sociais esbarra em um problema: é que elas, ao contrário das categorias, são abstratas, não apreensíveis empiricamente.

A análise das práticas de trabalho – exploradoras ou exploradas, dominantes ou dominadas, opressoras ou oprimidas – é preciosa aqui: quem trabalha para quem? Quem se beneficia com esse trabalho? Quem coloca quem para trabalhar? Essas são as perguntas que devem ser feitas. Mas convém, neste momento, voltar às implicações da palavra “trabalho” para uma sociologia feminista materialista.

A segunda onda do movimento feminista questionou desde o início a noção de trabalho. E o que é interessante para nós, aqui, é que esse questionamento se apoiava no trabalho doméstico, que é um trabalho de cuidado. Em um primeiro momento, tratou-se de conceituá-lo em termos de “modo de produção doméstico” (Delphy, 1998), enquanto Colette Guillaumin (1978a; 1978b) falava de “sexagem”. Mas foi necessário o conceito de divisão sexual do trabalho (Kergoat, 2012a; Collectif, 1984) para que a continuidade entre trabalho assalariado e trabalho doméstico e entre fábrica/escritório e família fosse intelectualmente pensável.

Vamos desenvolver um pouco essas afirmações.

Entre as teorizações do trabalho doméstico, gratuito e presumidamente sem “valor”, as análises oferecidas pelas feministas materialistas revelaram-se decisivas: as teorizações do *modo de produção doméstico* e da *sexagem* modificaram a definição clássica de trabalho, demonstrando que o trabalho doméstico gratuito, excluído do mercado, entrava plenamente na categoria do trabalho explorado, e que a figura do trabalhador “livre para vender sua força de trabalho” não era a única figura explorada em nossas sociedades. Quanto ao conceito de divisão sexual do trabalho, ele permitiu fazer a ponte entre trabalho doméstico e trabalho assalariado. Assim, parecia que os contornos da “divisão do trabalho”, até então pensada apenas como trabalho produtor de valor (Delphy, 2003), deviam ser expandidos ao conjunto de todo o trabalho socialmente fornecido, quaisquer que fossem as suas formas.

Ou seja, o trabalho (das mulheres, mas também dos “subalternos”) não podia mais ser definido apenas com base na noção de exploração, sendo preciso acrescentar-lhe, de maneira coextensiva, a noção de apropriação (Galerand, 2007; Galerand e Kergoat, 2013). Assim, tínhamos os meios de sair da figura única masculina do trabalho assalariado: há outras figuras, também exploradas, mas de modo diferente.

Essas duas modalidades de uso da força de trabalho feminina – a apropriação e a exploração – formam um todo coerente e devem ser consideradas quando se estudam as modalidades da divisão sexual do trabalho. “Trabalho” cuja definição é então completamente desencravada da exclusiva relação capital/trabalho e apoiada em uma definição renovada de exploração, que se aplica plenamente ao trabalho de cuidado (Glenn, 2009; 2010; Galerand e Gallié, 2014).

Então, de que pode servir a consubstancialidade para pensar o trabalho de cuidado?

Consubstancialidade e paradigma do cuidado²

Tomemos o exemplo da externalização do trabalho doméstico.

As mulheres das sociedades do Norte e das grandes metrópoles dos países do Sul trabalham cada vez mais; cada vez mais, também, elas ocupam postos de comando nas empresas e investem em suas carreiras. Assim – e como o trabalho doméstico não é considerado nas sociedades de mercado, e o envolvimento subjetivo é cada vez mais solicitado, senão exigido, pelas novas formas de gestão de negócios –, elas precisam externalizar “seu” trabalho doméstico. Para fazer isso, podem contar com a enorme reserva de mulheres pobres e em condições precárias, francesas e imigrantes.

Essa forte demanda é um enorme alívio para as mulheres migrantes que chegam às grandes metrópoles esperando encontrar um emprego de serviços (cuidado de crianças, limpeza, acompanhamento de idosos etc). Essas mulheres, muitas vezes com diploma de nível superior, entram em concorrência direta com as em condições precárias do próprio país, que têm uma escolaridade menor.

Dois relações sociais entre mulheres, historicamente inéditas, assim se estabelecem: uma relação de classe entre as mulheres do Norte, empregadoras, e essa nova classe

² Paradigma desenvolvido em Kergoat (2005).

servil; uma relação de concorrência entre mulheres em condições precárias, mas em diferentes condições de precarização.

As relações étnicas estão, portanto, se remodelando por meio das migrações femininas e do crescimento explosivo dos serviços à pessoa.

Quanto às relações de gênero, elas também se apresentam de uma maneira inédita: a externalização do trabalho doméstico tem uma função de apaziguamento das tensões nos casais burgueses e também permite uma maior flexibilidade das mulheres conforme as demandas de envolvimento das empresas. Em um nível mais macro, isso permite evitar uma reflexão sobre o trabalho doméstico. Mas essa pacificação das interações sociais nos casais e nas empresas não faz avançar um milímetro a luta pela igualdade entre mulheres e homens. Ao contrário, ela tem uma função regressiva a esse respeito, pois funciona no âmbito da dissimulação e da negação. Ao mesmo tempo, *as relações de classe* são exacerbadas: numericamente, pelo maior número de envolvidos/as nesse tipo de relação; concretamente, pelo contato físico – por meio do trabalho doméstico – das mulheres em condições precárias (econômica e/ou legalmente) e das mulheres abastadas.

Esse modelo foi pensado a partir do caso dos países do Norte e, mais especificamente, da Europa. Mas é evidente que pode ser extrapolado, com alguns ajustes, ao caso do Brasil, por exemplo (Ávila, 2014).

Esse modelo ilustra bem o propósito deste capítulo: em primeiro lugar, a analogia e a diferença entre relações sociais; em segundo, o isolamento recíproco dessas relações sociais e sua coextensividade – a classe ao mesmo tempo cria e divide o gênero e a raça, o gênero cria e divide a classe e raça, a raça cria e divide o gênero e a classe.

Mas a consubstancialidade não permite pensar apenas a dominação. Pelo contrário, uma vez que pensar em termos de relações sociais é, lembremos, pensar em termos de relações de força, em termos de resistência e de luta.

Como afirmei no início do texto, o segundo objetivo da noção de consubstancialidade é a saída dos sistemas de dominação, tendo a emancipação como horizonte. É disso que tratarei brevemente à guisa de conclusão.

Consubstancialidade e emancipação

As perguntas são as seguintes: como articular essa complexidade com a necessidade de definir um horizonte comum, sabendo que este é sempre parcial, localizado temporal e espacialmente? Como colocar o problema do sujeito político considerando essa complexidade? Como articular indivíduo e coletivo, subjetividade e materialidade, *rapport sociaux* e relação social? Decerto, não do modo como já se fez por demais, ao pensar em termos de “tomada de consciência”, indo de um indivíduo abstrato, supostamente universal, em direção a um coletivo encantado no qual o indivíduo desaparece no grupo. Trata-se aqui de um outro sujeito, que não é uma soma (mulheres + trabalhadoras da limpeza + racializadas, nunca suficiente para fazer um sujeito político), mas um sujeito que se apoia em sua pluralidade intrínseca para se constituir (em vez de negar sua diversidade ou relegá-la à posição de efeito das “contradições secundárias”). Trata-se, afinal, de uma questão política que realmente faça trabalhar

a dialética entre indivíduo e coletivo. Isso porque o processo emancipatório só pode existir se for desenvolvido simultaneamente no âmbito coletivo e no individual. E se esse processo, no caso das mulheres, conseguir conjugar consciência de gênero, consciência de classe e consciência de raça.

É por isso que voltamos ao trabalho, mas um trabalho “consustancializado”, que integra, entre outros, o trabalho doméstico, um trabalho que é ao mesmo tempo um fator de alienação e de liberação, que percorre sem cessar o espaço entre subjetividade e materialidade. Pois raciocinar em termos de relações sociais não significa descartar a subjetividade, ou considerar que os grupos e os indivíduos são heterônomos: o fato de que há dominação não elimina o poder de agir individual e coletivo. Essa agência é evidente no trabalho do cuidado.

O que é importante nessa definição de trabalho é que a heteronomia e a autonomia se conjugam no mesmo trabalho, para a mesma pessoa. Não há necessidade de opor o trabalho-obra ao trabalho alienado. É esse trabalho que permite organizar tanto novas formas de relacionamento consigo mesmo como novas formas de relações com os outros. O trabalho do cuidado é uma forma paradigmática, e sua análise tem tudo a ganhar, parece-me, com a adoção de uma abordagem consustancial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ÁVILA, M. B. O tempo de trabalho doméstico remunerado: tensões entre cidadania e servidão. Seminário Internacional “Trabalho, cuidado e políticas sociais: Brasil-França em debate”, São Paulo/Rio de Janeiro, 26-29 ago. 2014.
- AVRIL, C. *Les aides à domicile: un autre monde populaire*. Paris, La Dispute, 2014.
- BARRERE-MAURISSON, M.-A. et al. *Le sexe du travail: structures familiales et système productif*. Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble, 1984.
- COLLINS, P.-H. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. Boston, Unwin Hyman, 1990.
- CRENSHAW, K. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Discrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Practice. *University of Chicago Legal Forum*, v. 89, 1989. p. 139-67.
- _____. Mapping the Margins of Intersectionality, Identity Politics and Violence Against Women of Color. *Stanford Law Review*, v. 43, n. 6, 1991. p. 1.241-99.
- CRESSON, G. *Le travail domestique de santé*. Paris, L'Harmattan, 1998.
- DAVIS, A. *Les goulags de la démocratie*. Vauvert, Au Diable Vauvert, 2006.
- DELPHY, C. L'ennemi principal. In: _____. *L'ennemi principal*, Tomo 1: *Économie politique du patriarcat*. Paris, Syllepse, 1998 [1970].
- _____. Pour une théorie générale de l'exploitation (I): en finir avec la théorie de la plus-value. *Mouvements*, v. 26, 2003. p. 69-78.
- DUNEZAT, X. Trajectoires militantes et rapports sociaux de sexe. In: FILLIEULE, O.; ROUX, P. (orgs.). *Le sexe du militantisme*. Paris, Presses de Sciences Po, 2009.
- _____. Organisation du travail militant, luttes internes et dynamiques identitaires: le cas des “mouvements de chômeurs”. In: SURDEZ, M.; VOEGTLI, M.; VOUTAT, B. (orgs.). *Identifier – s'identifier: à propos des identités politiques*. Lausanne, Publications Universitaires Romandes, 2010.
- FALQUET, J. La règle du jeu: repenser la co-formation des rapports sociaux de sexe, de classe et de “race” dans la mondialisation néolibérale. In: DORLIN, E. (org.). *Sexe, race, classe: pour une épistémologie de la domination*. Paris, PUF, 2009. (Coleção Actuel Marx Confrontation.)

- GALERAND, E. *Les rapports sociaux de sexe et leur (dé)matérialisation*. Tese de Doutorado, Versalhes, Université de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines, 2007.
- GALERAND, E.; GALLIE, M. Le Live-In Care Program au Canada: un dispositif juridique au service d'une forme de travail non-libre. *Interventions Economiques/Papers in Political Economy*, n. 51, 2014.
- GALERAND, E.; KERGOAT, D. Le travail comme enjeu des rapports sociaux (de sexe). In: MARUANI, M. (org.). *Travail et genre dans le monde: l'état des savoirs*. Paris, La Découverte, 2013.
- _____. Consubstantialité vs. intersectionnalité? A propos de l'imbrication des rapports sociaux. *Nouvelles Pratiques Sociales*, v. 26, n. 2, 2014. p. 44-61.
- GLENN, E.-N. Le travail forcé: citoyenneté, obligation statutaire et assignation des femmes au care. In: MOLINIER, P.; LAUGIER, S.; PAPERMAN, P. *Qu'est-ce que le care?* Paris, Payot/Rivages, 2009.
- _____. *Forced to Care: Coercion and Caregiving in America*. Cambridge, MA, Harvard University Press, 2010.
- GODELIER, M. *L'idéal et le matériel: pensée, économies, sociétés*. Paris, Fayard, 1984.
- GUILLAUMIN, C. Pratiques du pouvoir et idée de Nature (I): l'appropriation des femmes. *Questions Féministes*, v. 2, 1978a. p. 5-30.
- _____. Pratiques du pouvoir et idée de Nature (II): le discours de la Nature. *Questions Féministes*, v. 3, 1978b. p. 5-20.
- HIRATA, H.; MOLINIER, P. Les ambiguïtés du care. *Travailler*, v. 28, 2012. p. 9-15.
- _____. Travail (le concept de). In: HIRATA, H. et al. *Dictionnaire critique du féminisme*. 2. ed. Paris, PUF, 2000.
- HOCHSCHILD, A. Le nouvel or du monde. *Nouvelles Questions Féministes*, v. 23, n. 3, 2004. p. 59-74.
- KERGOAT, D. Ouvriers = ouvrières? Propositions pour une articulation théorique des deux variables: sexe et classes sociales. In: _____. *Se battre, disent-elles*. Paris, La Dispute, 2012a. (Coleção Le Genre du Monde.)
- _____. Rapports sociaux et division du travail entre les sexes. In: _____. *Se battre, disent-elles*. Paris, La Dispute, 2012b. (Coleção Le Genre du Monde.)
- MARUANI, M. Emploi. In: HIRATA, H. et al. *Dictionnaire critique du féminisme*. 2. ed. Paris, PUF, 2004.
- MOLINIER, P. *Le travail de care*. Paris, La Dispute, 2013. (Coleção Le Genre du Monde.)
- TABET, P. Fertilité naturelle, reproduction forcée. In: _____. *La construction sociale de l'inégalité des sexes: des outils et des corps*. Paris, L'Harmattan, 1998.